

Utopias e Distopias da Ciência Política

Karoline Coelho de Andrade e Souza
(Organizadora)



Karoline Coelho de Andrade e Souza
(Organizadora)

Utopias e Distopias da Ciência Política

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
U91	Utopias e distopias da Ciência Política [recurso eletrônico] / Organizadora Karoline Coelho de Andrade e Souza. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-627-0 DOI 10.22533/at.ed.270191609 1. Ciência política – Filosofia. 2. Ciência política – Pesquisa – Brasil. 3. Utopias. I. Souza, Karoline Coelho de Andrade e. <p style="text-align: right;">CDD 184</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Ciência Política é uma área de estudo com enorme relevância e impacto social vez que, dentre seus variados campos de estudo, encontramos a análise de políticas públicas, das instituições políticas, da atuação da Administração Pública, dentro outros. São campos diversos, mas que, em síntese, visam ao aprimoramento das instituições políticas de um país, seja em termos de desenvolvimento socioeconômico, de refinamento da democracia ou balanço das relações de poder dentro de um Estado.

Desta forma, a obra “Utopias e Distopias da Ciência Política” dedica-se, com acuidade, à análise de diversas políticas públicas importantes no Brasil atual, tais como aquelas voltadas para à efetivação do direito à cultura, ao desenvolvimento econômico ou atenuação de problemas sociais mais marcantes, como a violência doméstica e familiar. Além desse enfoque, a obra igualmente dedica-se a questões clássicas da Ciência Política, como atuação de partidos políticos, políticas partidárias, eleições e outros temas. Com esse enfoque, o livro pretende não só apresentar um diagnóstico amplo sobre as questões políticas atuais, mas apresentar, de forma crítica, os principais avanços e entraves no desenvolvimento da democracia brasileira, justificando o nome que leva.

Assim, o primeiro capítulo “Programa Nacional de Apoio a Cultura: um balanço” busca demonstrar os resultados do PRONAC como principal programa de apoio e fomento à cultura no país. Seguindo na mesma ótica, os capítulos “A Heterogeneidade da Política Cultural Contemporânea: as múltiplas formas de gestão dos equipamentos culturais públicos” e “Ações Culturais em Museus para Pessoas Privadas de Liberdade: projeto construindo” e trabalham com estudos específicos, um no Rio Grande do Sul com as Associações de Amigos, e o outro em Santa Catarina com o projeto *Construindo*, que realizam a promoção da cultura em campos diferentes, mas essenciais.

O quarto capítulo, intitulado “A Casa da Memória da Rede Fitovida: estratégias associativas de grupos comunitários de saúde em busca do registro de patrimônio Imaterial”, parte de uma ótica interdisciplinar e analisa um programa voltado para a saúde e preservação do patrimônio cultural de uma comunidade em Belford Roxo/RJ, a partir da preservação e do uso tradicional das plantas medicinais.

Por sua vez, os artigos “Programa de Aceleração de Crescimento”, “O Crédito Consignado para Aposentados e Pensionistas do INSS como Política Pública: uma análise do período de 2003 a 2008” e “Economia Solidária e Incentivo Legislativo à Geração de Trabalho a partir do Associativismo” trabalham com três políticas públicas focalizadas na área do desenvolvimento econômico. O oitavo artigo, intitulado “O Processo de Tomada de Decisão da Administração Superior da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) tendo como Referência os Relatórios da Comissão Própria de Avaliação (CPA)” analisa como os relatórios da CPA, importante mecanismo de avaliação do ensino superior, é utilizado como instrumento para a própria UNIVASF como meio político de avaliação e melhora do ensino superior nesta instituição.

Em contraposição, os artigos “Atuação dos Agentes Comunitários de Saúde como Política Pública no Enfrentamento a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher”, “Mídia e Democracia: Relações de Poder na Narrativa Jornalística sobre o Trabalho Doméstico” e “Gênero Financiado: uma análise da distribuição de recursos financeiros e o desempenho eleitoral das mulheres nas eleições de 2014” possuem enfoque no gênero como preocupação principal, para analisar três objetos distintos. Enquanto no primeiro temos a importância dos agentes comunitários de saúde como funcionários de ponta no auxílio ao combate à violência de gênero em suas duas formas (violência doméstica e familiar), o segundo volta-se para importância do trabalho doméstico, a partir não só do recorte de gênero, mas igualmente de classe e raça/etnia e, o terceiro, analisa a distribuição de recursos nas campanhas eleitoras em razão do sexo e como esse fator impacta na representatividade feminina na política brasileira.

Ainda, inseridos dentro da análise clássica da Ciência Política, temos “O Senado em Duas Décadas: o background dos senadores eleitos entre 1994 e 2014” e “Políticas Partidárias de Confrontação na Esfera Virtual: análise dos perfis das lideranças do PT e do PSDB no Facebook” que se voltam para o processo legislativo. Enquanto o primeiro analisa o perfil dos senadores brasileiros eleitos entre 1994 e 2014, a partir das suas áreas profissionais de origem, o segundo volta-se para análise das publicações de dois dos mais importantes partidos políticos brasileiros em uma rede social, durante outubro de 2015. Por fim, o artigo “Possessões Demoníacas em Michel de Certeau: elaborações imaginárias do maligno no confronto com a alteridade”, analisa a correlação entre psicanálise e mística nos trabalhos de Certeau a partir do estudo de casos de possessões demoníacas, tidos como resultantes do confronto com o Outro, seja a partir de uma ótica espiritual, histórica ou psicanalítica.

Como podemos perceber, a variedade de temas é a pedra de toque do presente livro, isto é, funciona como a sua principal qualidade vez que, diante da extensão de temas possíveis dentro da Ciência Política a interdisciplinariedade, evidenciada não somente pelos temas, mas pelas áreas de atuação dos autores, é essencial para garantir a qualidade de qualquer discussão dentro da área. E mais, variedade esta que visa, sem sombra de dúvida, ao aprimoramento das instituições políticas brasileiras, aprimoramento que resulta na qualidade da nossa própria democracia.

Karoline Coelho de Andrade e Souza

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À CULTURA: UM BALANÇO	
Gabriel Medeiros Chati	
DOI 10.22533/at.ed.2701916091	
CAPÍTULO 2	16
A HETEROGENEIDADE DA POLÍTICA CULTURAL CONTEMPORÂNEA: AS MÚLTIPLAS FORMAS DE GESTÃO DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS PÚBLICOS	
Jackson Raymundo	
DOI 10.22533/at.ed.2701916092	
CAPÍTULO 3	26
AÇÕES CULTURAIS EM MUSEUS PARA PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE: PROJETO CONSTRUINDO	
Christiane Maria Castellen	
DOI 10.22533/at.ed.2701916093	
CAPÍTULO 4	42
A CASA DA MEMÓRIA DA REDE FITOVIDA: ESTRATÉGIAS ASSOCIATIVAS DE GRUPOS COMUNITÁRIOS DE SAÚDE EM BUSCA DO <i>REGISTRO</i> DE PATRIMÔNIO IMATERIAL	
Lucieni de Menezes Simão	
DOI 10.22533/at.ed.2701916094	
CAPÍTULO 5	52
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO NA REGIÃO FRONTEIRA NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL	
Ana Sabina Mantey	
Edemar Rotta	
DOI 10.22533/at.ed.2701916095	
CAPÍTULO 6	65
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC): RETOMADA DO PROTAGONISMO DO ESTADO NA DEFINIÇÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO?	
Edemar Rotta	
Carlos Nelson do Reis	
DOI 10.22533/at.ed.2701916096	
CAPÍTULO 7	79
O CRÉDITO CONSIGNADO PARA APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO INSS COMO POLÍTICA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 2003 A 2008	
Ary Jorge Aguiar Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.2701916097	
CAPÍTULO 8	91
ECONOMIA SOLIDÁRIA E INCENTIVO LEGISLATIVO À GERAÇÃO DE TRABALHO A PARTIR DO ASSOCIATIVISMO	
Adelcio Machado dos Santos	
Evelyn Scapin	
DOI 10.22533/at.ed.2701916098	

CAPÍTULO 9	103
O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF) TENDO COMO REFERÊNCIA OS RELATÓRIOS DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)	
Susana Kelli Cabral de Aquino	
DOI 10.22533/at.ed.2701916099	
CAPÍTULO 10	115
ATUAÇÃO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE COMO POLÍTICA PÚBLICA NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	
Rúbian Corrêa Coutinho	
Fabiana da Cunha Saddi	
DOI 10.22533/at.ed.27019160910	
CAPÍTULO 11	129
MÍDIA E DEMOCRACIA: RELAÇÕES DE PODER NA NARRATIVA JORNALÍSTICA SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO	
Denise Maria Mantovani	
Renan da Silva Rodrigues Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.27019160911	
CAPÍTULO 12	141
GÊNERO FINANCIADO: UMA ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS E O DESEMPENHO ELEITORAL DAS MULHERES NAS ELEIÇÕES DE 2014	
Maria Cecília Eduardo	
DOI 10.22533/at.ed.27019160912	
CAPÍTULO 13	152
O SENADO EM DUAS DÉCADAS: SOCIAL BACKGROUND DOS SENADORES ELEITOS ENTRE 1994 E 2014	
Alison Ribeiro Centeno	
DOI 10.22533/at.ed.27019160913	
CAPÍTULO 14	164
POLÍTICAS PARTIDÁRIAS DE CONFRONTAÇÃO NA ESFERA VIRTUAL: ANÁLISE DOS PERFIS DAS LIDERANÇAS DO PT E DO PSDB NO <i>FACEBOOK</i>	
Antonio Teixeira de Barros	
Cristiane Brum Bernardes	
Malena Rehbein Sathler	
DOI 10.22533/at.ed.27019160914	
CAPÍTULO 15	177
POSSESSÕES DEMONÍACAS EM MICHEL DE CERTEAU: ELABORAÇÕES IMAGINÁRIAS DO MALIGNO NO CONFRONTO COM A ALTERIDADE	
Larissa de Assis Pimenta Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.27019160915	
SOBRE A ORGANIZADORA	189
ÍNDICE REMISSIVO	190

O SENADO EM DUAS DÉCADAS: SOCIAL BACKGROUND DOS SENADORES ELEITOS ENTRE 1994 E 2014

Alison Ribeiro Centeno

Doutorando e Mestre em Ciências Sociais pela
PUCRS
Porto Alegre, RS

(1994-2014)

RESUMO: Avaliando as vitórias nas disputas pelo Senado Federal e dividindo os partidos de acordo com seus posicionamentos na escala ideológica, objetiva-se demonstrar os padrões de recrutamento das bancadas ao longo de duas décadas. Observando o *social background* e averiguando os níveis de experiência das carreiras políticas, constatou-se que há maior diferença entre os blocos ideológicos pelas profissões prévias em relação as diplomações, onde no Senado a *expertise* política foi um padrão. Salvo pontuais exceções, cargos de menor projeção marcaram as biografias de políticos de posição socio-ocupacional modesta, à medida que os de *social background* médio e elevado, formaram suas carreiras em cargos variados, destacando-se os mandatos majoritários.

PALAVRAS-CHAVE: *social background*; eleições; partidos políticos; recrutamento político.

ABSTRACT: Studying the social background as the main source to evaluate the victories in the races for the Brazilian Federal Senate, analyzing the political parties through the left-right scale, the main focus of the presenting paper is to demonstrate the patterns in political recruitment over two decades. Examining the educational degrees and the professions before the political careers, it became evident that Senators differs more when it comes to what area they previously worked before starting a political endeavor. While a more modest social background was associated with political mandates of lower projection, medium and higher social backgrounds were connected with distinguished political offices.

KEYWORDS: social background; elections; political parties; political recruitment.

1 | INTRODUÇÃO

Entende-se como melhor forma de estudar o *social background* da classe política, agregar e analisar os dados de diplomação escolar e profissão antecedente à carreira política, tendo para tal fim unido (num banco de dados no SPSS) essas características de todos os políticos eleitos para os 243 mandatos de Senador

BRAZILIAN SENATORS' SOCIAL
BACKGROUND OVER TWO DECADES

disputados entre 1994 e 2014. Essa percepção decorre da prontidão de se mapear equivalentes informações nas minibiografias dos portais do Legislativo (nesse caso, mais especificamente, do Senado Federal), bem como nas biografias desenvolvidas por centros de estudos como o CPDOC, fontes de coleta das informações a serem exploradas no presente estudo.

Ao todo, 195 Senadores foram eleitos para 243 mandatos no transcorrer das duas décadas em estudo, sendo que 41 políticos (21%) venceram mais de uma eleição durante o íterim. Os números que serão apurados nas próximas seções levarão em conta as vitórias, logo, essas quatro dezenas de políticos que conquistaram duas ou três vezes uma das cadeiras do Senado, reincidirão no banco de dados e, conseqüentemente, na exploração dos mesmos.

Logo, serão ressaltadas as diplomações e profissões mais recorrentes nas frações ideológicas (esquerda, centro e direita), e investigadas as possíveis distinções de experiência e projeção política dos Senadores eleitos de acordo com os segmentos de titulação e ocupação profissional. É importante denotar que sempre se estará trabalhando com eleitos, mesmo que por ventura alguns não tenham chegado a assumir a cadeira por quaisquer motivos, bem como serão averiguados os partidos pelos quais os políticos venceram o pleito, ainda que tenham mudado de agremiação antes da posse ou durante o mandato.

Finda essa introdução, ao longo das próximas duas seções se espera agregar ao debate da crescente literatura sobre o recrutamento de elites políticas no Brasil – especialmente pela disparidade dos estudos voltados para o Senado Federal, que se apresentam em menor número, revelando o recrutamento característico dos nichos ideológicos para além do tradicional predomínio dos bacharéis e profissionais do ramo jurídico no Parlamento, desaguando na análise do nível e da formação de experiência política dos Senadores de acordo com o *social background* dos políticos eleitos.

2 | DISTRIBUIÇÃO PARTIDÁRIA E SOCIAL BACKGROUND DOS SENADORES ELEITOS AO LONGO DE DUAS DÉCADAS

Tendo outrora trabalhado com a distribuição regional das vitórias dos partidos para as cadeiras do Senado ao longo do mesmo período aqui estudado (MADEIRA e CENTENO, 2018), será mantido o foco apenas no arranjo das agremiações ao longo desses anos na Casa da Federação. Majoritariamente, a Câmara Alta foi composta por partidos de centro e direita, especialmente pela força do MDB (23,5% dos assentos no Senado durante o período), do DEM (mais de 17%) e do PSDB (pouco mais de 15%), que juntos conquistaram mais da metade (precisos 56%) das vitórias entre 1994 e 2014. Esses números chamam atenção não apenas pela fração de conquistas eleitorais desses partidos, mas também pela constância: ao menos até o ano de 2006, isoladas, essas legendas jamais obtiveram menos de 15% das cadeiras na Casa; em

1998, juntos, esses partidos somaram 80% das vitórias (quando haviam apenas 27 cadeiras em disputa). A partir da eleição de 2010 há uma mudança significativa no padrão de captura de assentos, com pequenos partidos ganhando terreno na Câmara Alta, junto de legendas como o PDT e o PP (que vinham minguando no transcorrer das quatro eleições anteriores), que incrementaram suas bancadas.

Mesmo sendo a quarta maior força dentro do Senado Federal ao longo do íterim, o PT teve um desempenho inconstante ao longo dessas seis eleições: somente quando houve disputa por dois terços das cadeiras que o partido desfrutou de maiores trunfos na corrida pelo Senado. A performance eleitoral petista é parecida com a dos pequenos partidos, que na competição pela representação federativa no Congresso avançam em número de assentos nos anos em que se renovam 54 mandatos.

Para progredir para o ponto principal do trabalho, que é o estudo do *social background* dos Senadores eleitos no decorrer desse intervalo, ressalta-se o modesto espaço para partidos de esquerda na Casa da Federação; não apenas o maior representante desse segmento ideológico teve dificuldades para obter e sobretudo manter um grande contingente de cadeiras, o PDT e o PSB também tenderam (salvo o ano de 2014 para os pedetistas) a aumentar o seu espaço no Senado nas eleições onde cada unidade federativa escolheu dois Senadores.

Soma-se a isso o fato de que de 1994 a 2006 as legendas de menor porte que lograram êxito nas eleições para a Câmara Alta eram antigos partidos: PPS, PR (o então PL), PCdoB e PRTB. Ainda nas eleições de 2010, justamente na qual há o mais significativo avanço das pequenas agremiações, percebe-se que salvo uma cadeira do PSOL e outra do PRB, ainda as velhas legendas se sobrepuseram, inclusive com a chegada do PSC e do PMN no Senado.

O caráter majoritário das eleições para o Senado e a alternância da renovação (da terça parte e outros dois terços) intercalada ao longo dos oito anos de mandato senatorial, contribuiu significativamente para esse quadro (CENTENO, 2018; MADEIRA e CENTENO, 2018). Resta nos próximos parágrafos averiguar se esse padrão ideológico-partidário também se traduziu em perfis claros e ideologicamente associáveis no *social background* dos Senadores eleitos.

A fim de dinamizar a análise, as diplomações e as profissões prévias as carreiras políticas dos Senadores eleitos entre 1994 e 2014 – serão observadas através da divisão dos partidos na escala ideológica esquerda-centro-direita. As legendas foram agrupadas seguindo as linhas de Rodrigues (2009) e Power e Zucco Jr. (2009), sendo: esquerda (PCdoB, PT, PSB, PPS e PDT), centro (PSDB e MDB) e direita (PTB, PR, DEM e PP). Seis partidos foram alocados na categoria ‘sem classificação’, tanto por não figurarem nos dois estudos, como por terem um mandato cada (exceto o PSD, com dois), tonificando a possibilidade de haver casos onde por questões regionais o político se abrigou temporariamente em uma legenda que representava algo distante da sua caracterização ideológica, exclusivamente para disputar a eleição.

Espera-se assim estudar os padrões do recrutamento político das legendas as

observando em blocos e ao elencar a posição socio-ocupacional como fator principal, averiguar se a experiência política (em número, no tipo e em projeção dos cargos eletivos prévios) pode estar associada ao *social background*.

No transcorrer de duas décadas o ramo jurídico foi o mais emblemático meio pelo qual os Senadores passaram antes de ascenderem à Casa da Federação, principalmente nos partidos de centro e direita; em termos de diplomação, o bacharelado em direito foi o mais frequente, indistinto o posicionamento ideológico; enquanto nas legendas de centro os advogados representaram a profissão mais recorrente, foram principalmente nos partidos de direita que no levantamento não se observou a prática do ofício. Ainda no que tange a ocupação, os empresários se fizeram em considerável número no Senado tanto nas agremiações de centro, mas principalmente nas de direita, sendo a profissão mais recorrente nesse espectro ideológico; esse padrão corresponde aos evidenciados por Codato *et al.* (2016), Neiva e Izumi (2014) e Araújo (2011).

Sabe-se que “muitos políticos não exercem profissão na área de diplomação” (MADEIRA e CENTENO, 2018), mas também, quando se observa haver um maior número daqueles que se declararam médicos, em relação aos que praticaram a medicina, outro ponto importante no estudo dos padrões socio-ocupacionais vem à tona: muitos políticos acumulam diplomas em diferentes áreas (‘Diversos’ na tabela 1); além dos médicos, advogados e professores (do ensino superior ou não) são os que mais se caracterizaram por essa pluralidade de certificados universitários – estando em números próximos e equivalentes nos partidos de esquerda, centro e direita.

Metade dos bacharéis e profissionais da medicina eram de partidos de direita; no extremo oposto, nove dos 17 professores não universitários (do ensino básico, pedagogos ou professores que não afirmaram em qual nível do ensino atuaram), foram eleitos por legendas de esquerda – sobretudo formados nas áreas de ensino e ciências humanas – número três vezes maior que o encontrado na direita (onde esses profissionais tinham diplomas diversos). Entre os professores universitários, cinco dos dez chegaram ao Senado pelos partidos de esquerda (formados em direito, engenharia ou com diplomas em distintas áreas) e outros quatro pelas agremiações de centro (principalmente com diversos diplomas).

Semelhantemente aos advogados e de modo distinto dos médicos, os economistas alegaram em maior contingente a formação do que o exercer profissional; destaca-se que o bacharelado em economia é proporcionalmente maior nas legendas de centro (contudo, tais proporções devem ser analisadas com cuidado, pois como anteriormente afirmado, o período foi caracterizado pelo predomínio das legendas de centro e direita na Casa), e coloca os extremos dos blocos ideológicos (esquerda e direita) em paridade.

PROFISSÃO

Esq. Cen. Dir. S/C TOTAL

Administração Pública/Servidor Público	5	0	1	0	6
Advogado	9	28	12	0	49
Agropecuária/Pecuarista	1	4	3	0	8
Economista	5	9	1	0	15
Empresário/Administrador/Comerciante	3	17	15	2	37
Engenheiro	6	6	11	2	25
Impreciso	4	5	7	0	16
Jornalista/Radialista	1	10	2	0	13
Médico	6	2	10	2	20
Outras	12	5	10	0	27
Professor Universitário	5	4	1	0	10
Professor/Pedagogo	9	4	3	1	17
TOTAL	66	94	76	7	243
DIPLOMAÇÃO	<i>Esq.</i>	<i>Cen.</i>	<i>Dir.</i>	<i>S/C</i>	TOTAL
Administração de Empresas	0	8	2	0	10
Direito	12	31	23	0	66
Diversos	10	11	9	3	33
Economia	6	10	5	1	22
Engenharias	10	6	11	2	29
Ensino e Ciências Humanas	6	5	4	0	15
Ensino Médio/Técnico/Superior Incompleto	6	7	5	1	19
Impreciso	2	7	3	0	12
Jornalismo/Comunicação Social	0	5	0	0	5
Medicina	5	2	7	0	14
Outros	9	2	7	0	18
TOTAL	66	94	76	7	243

TABELA 1 – PROFISSÕES E DIPLOMAÇÕES (DE ACORDO COM A DISTRIBUIÇÃO DOS PARTIDOS NA ESCALA IDEOLÓGICA) DOS SENADORES ELEITOS ENTRE OS ANOS DE 1994 E 2014

FONTE: Senado Federal e CPDOC

Enquanto os bacharéis em direito se dispersaram para o ensino universitário, a agropecuária e o empresariado, os economistas que não atuaram no seu ramo de formação ficaram quase que exclusivamente no ramo empresarial, em especial entre os filiados a partidos de direita. Os partidários de centro e direita somaram a totalidade dos graduados em administração de empresas, dos quais todos atuaram no campo empresarial.

O meio das engenharias foi significativo precedente a carreira política dos Senadores eleitos para o período. Em termos de formação educacional, os números são de paridade entre os extremos ideológicos; surpreende serem essas diplomações muito menores dentre políticos dos partidos de centro dada sua proporção na Casa, tendo quase metade do número de graduados em um dos sub-ramos da engenharia que entre filiados a agremiações de esquerda.

Todavia, entre os políticos de esquerda é expressivamente menor o histórico de trabalho na área, indo a quase metade do número de graduados, ao passo que nas

legendas de centro e direita, praticamente todos os formados declararam atuação profissional prévia no ramo. Entre Senadores de partidos de direita, a engenharia foi uma das mais recorrentes profissões, dois em cada cinco engenheiros eram filiados a agremiações desse espectro ideológico.

Aqui é possível discordar da afirmação de Araújo (2011) de que há similaridade entre os Senadores formados em “economia, engenharia, medicina e humanidades” (*idem*, p. 564) em agremiações de ideologias distintas. Como recentemente apresentado, as diplomações em subáreas das humanidades (aqui junto das de ensino) colocaram os nichos em equivalência, todavia, a prevalência das engenharias e da medicina nos extremos e a concentração da economia no centro destoam dos achados do autor.

Reafirmando o que foi encontrado em Centeno (2018) – ainda que estudando um menor intervalo (1999-2006), as legendas no Senado se diferenciam mais pelo exercício profissional prévio dos Senadores do que pela área de formação educacional desses políticos. A isso se deve uma multiplicidade de fatores, entre as que ficam mais evidentes nesse estudo: a quantidade de empresários no Senado – profissão que não requer uma formação educacional específica; o distanciamento de graduados em direito (principal diplomação entre os membros da Câmara Alta) do seu ramo de instrução educacional; e o importante número de professores universitários (*métier* que engloba uma pluralidade de diplomações).

As diferenças mais profundas entre as agremiações se dão em profissões e diplomações pouco recorrentes nas biografias dos Senadores eleitos: quase a totalidade de servidores públicos foram eleitos pelos partidos de esquerda, o mesmo equivale para os diplomados e profissionais da comunicação nas legendas de centro. Nessas agremiações e nas de direita estiveram praticamente todos os profissionais da agropecuária, havendo somente um em partido de esquerda.

Reforça-se outro ponto encontrado no estudo que englobou as 51^a e 52^a Legislaturas do Senado Federal (*idem*), onde diverso de Costa, Costa e Nunes (2014), no presente estudo que embarca um maior período, novamente não se averiguou maior volume de títulos universitários entre os Senadores de esquerda, já que o superior incompleto e diplomas de ensino médio/ensino técnico caracterizaram equitativamente as biografias dos políticos de esquerda, centro e direita.

Nesses casos, a distinção também ficou mais evidente entre as profissões: à esquerda, os que não possuíam diploma universitário se distribuíram entre o ensino, o serviço público, o ofício de bancário e a metalurgia; os Senadores de partidos de centro sem diploma universitário atuaram como jornalistas e agropecuaristas; dentre os de direita, foram praticamente todos empresários.

Mesmo estudando os eleitos e não necessariamente os que tomaram posse, excluindo assim os suplentes, pôde-se verificar que muitos dos padrões encontrados no estudo das duas legislaturas (CENTENO, 2018) se estenderam ao longo das duas décadas aqui analisadas: empresários presentes nas legendas de centro e

direita, e não apenas nas desse último bloco ideológico, diferentemente do estudo de Rodrigues (2002, 2009) sobre a Câmara dos Deputados e em acordo com o de Araújo (2011) sobre o Senado. Viu-se aqui também se repetir a relativa equivalência na formação e discrepância na ocupação nas ‘engenharias’ através dos partidos de esquerda, centro e direita. Por fim, novamente os profissionais do ensino estiveram filiados principalmente aos partidos de esquerda, ao passo que os agropecuaristas aos de centro e direita.

Pode-se atestar que ao longo dos anos de 1994 e 2014 o Senado foi composto pelos dotados de *social background* destacado. Quando não atribuída uma alta posição socioeconômica, os que permeiam essa barreira tendem a ter, no mínimo, a diplomação universitária. Porém, tendo avançado e averiguado como se distribuiu o exercer da profissão entre os diplomados, nota-se que esses atributos tendem a andar casados entre os Senadores. Assim, o estudo avança para as carreiras políticas, focadas nos mandatos eletivos prévios, visando identificar a possível existência de dissonâncias na experiência em cargos eleitorais através do *social background* dos Senadores até aqui examinado.

Para melhor investigar a quantidade e a notoriedade dos mandatos prévios dos Senadores eleitos entre os anos de 1994 e 2014, aqui será mantida a mesma divisão utilizada em Madeira e Centeno (2018) para classificar a experiência em cargos anteriores ao do mandato senatorial, considerando apenas os postos eletivos: inexperientes (nenhum cargo), pouco experientes (zero a dois), experientes (três a quatro) e muito experientes (cinco ou mais mandatos). Assim sendo, um Senador que teve seu mandato renovado passa a contar com a experiência legislativa no banco de dados.

Sendo a diplomação mais frequente entre os Senadores, a bacharelado em direito liderou nas ‘duas pontas’ das divisões do quesito experiência política: os portadores dessa titulação foram os mais recorrentes entre os eleitos inexperientes (sete de 19) e entre os muito experientes (32 de 66). Todavia, o mesmo não foi visto entre os que exerceram a advocacia, pois 42 de 49 tinham pelo menos três mandatos eletivos antes dos conquistados na disputa pelo Senado ao longo do período em estudo, majoritariamente com grande experimento político.

Nos inexperientes, nenhuma profissão despontou como distintiva, mesmo sendo os engenheiros maior número (4). Nesse grupo de políticos sem vitórias prévias nas urnas figuraram, por conseguinte, os diplomados em engenharia, além dos bacharéis em medicina. Esse conjunto minoritário em uma Casa caracterizada pela *expertise* política, foi marcado por diplomações mais costumeiras dentro da própria Câmara Alta.

Tais titulações também aparecem entre os políticos de pouca experiência, havendo dez formados em direito e equivalentes em engenharia, ainda que a graduação em economia, as diplomações diversas e as pouco recorrentes (‘outras’) tenham superado os formados em medicina; o quadro dos ramos de recrutamento é parecido nas profissões: engenharias, economia e a medicina, somadas as ‘outras’

profissões, foram as atividades constantes entre os que tinham um ou dois mandatos prévios. Porém, dentre esses Senadores, destacaram-se os empresários (11 de 56).

Mesmo que durante o período quase 20% dos políticos pouco experientes tenham vindo do empresariado, essa profissão importante no recrutamento entre os representantes da Federação não serviu de catapulta para o Senado Federal; os advindos do ramo também foram 15 dos 82 'experientes'. Nesse conjunto, o diploma em direito e as titulações diversas responderam por cerca de 40% dos casos, tendo esses políticos também atuado principalmente como advogados (16), junto de jornalistas, médicos e professores (universitários ou não).

No grupo majoritário, o dos muito experientes, o diploma e a profissão do ramo do direito irromperam (pouco mais de 30%), junto dos economistas, empresários, engenheiros, professores não universitários e as 'outras' ocupações, e por isso vislumbram os bacharelados em economia, engenharia e os 'diversos'. Contudo, entre os 19 Senadores que não tinham ensino superior, 16 foram classificados como experientes ou muito experientes. Com essa ressalva, pode-se dizer que em termos de experiência, tais políticos não se distinguiram fortemente pelo *social background*, sobretudo porque o Senado Federal tende a ser de difícil acesso aos desprovidos de capital político constituído nas urnas.

Não que inexistam diferenças: entre as atividades profissionais menos recorrentes, metade dos agropecuaristas se encaixaram no aglomerado dos pouco experientes, enquanto que os servidores públicos se dividiram em equitativas três partes entre os inexperientes, experientes e muito experientes. Os atuantes na comunicação eram preponderantemente experientes ou muito experientes, mesmo caso das 'outras' profissões. Entre os profissionais de ensino (universitários ou não), houve caso ímpar: haviam pouquíssimos inexperientes, mas sua distribuição era de simetria desde os políticos com um ou dois mandatos, até os com cinco mandatos ou mais.

Exceto os agropecuaristas, todos os nichos profissionais de recrutamento tinham no mínimo 60% de seus políticos com três mandatos ou mais antes de serem eleitos para a Casa da Federação, todos longe dos estrondosos 86% de profissionais do direito experientes ou muito experientes politicamente (entre esses, mais da metade tinha cinco mandatos ou mais). Semelhante lógica prevaleceu nos grupos das titulações educacionais: ainda que surpreendentemente áreas fortes de recrutamento como engenharia e medicina tenham tido os menores percentuais, todos os nichos tinham pelo menos metade de seus políticos com ao menos três vitórias nas urnas em suas biografias.

Percebe-se que os achados dessa análise não diferem da histórica relação dos advogados com a política, onde sendo 20% das bancadas eleitas, esses profissionais eram quase um terço (e 37% em termos de titulação educacional) dos políticos muito experientes. Contudo, ressalva-se que em duas décadas foram a pleito 243 cadeiras, menos da metade do que é eleito em apenas uma legislatura para a Câmara dos Deputados. São números importantes para compreender a morfologia do Senado

Federal, principalmente devido ao seu caráter de ponto de encontro da elite política, mas não devem ser olhados tão apenas pela rigidez dos números; é necessário avaliar se através do *social background* os políticos diferiram na projeção dos cargos eletivos que exerceram antes de chegarem ao Senado.

Mais da metade dos Senadores (56%) passaram pela Câmara dos Deputados, que junto das Assembleias Legislativas foram as principais alavancas nas carreiras políticas dos eleitos para o Casa da Federação. O posto inicial na hierarquia legislativa foi menos comum nas biografias dos políticos eleitos entre 1994 e 2014: apenas 22% foram Vereadores (frente a 42% de antigos Deputados Estaduais). A *expertise* legislativa tende a despontar dado o exercício desses mandatos por um grande número de políticos em simultâneo, assim como pelo critério proporcional das eleições, diferentemente dos gabinetes executivos ou da eleição senatorial que são cargos de eleição majoritária.

Não obstante, os ex-Governadores somaram 35% dos que foram eleitos para a representação federativa, número ligeiramente maior que os 31% que haviam passado pelo próprio Senado Federal e os 30% que foram Prefeitos. O histórico dos vices é significativamente menor: ainda que 12% dos Senadores eleitos tenham sido vice-Governadores, os vice-Prefeitos foram apenas 3% e os vice-Presidentes – 1% (menor que os 2% que exerceram o posto da instância máxima de disputa pelo poder político – a Presidência da República).

Esses índices de Senadores que anteriormente administraram cidades e governaram seus estados mostram que não apenas a chegada ao Senado tende a vir com a vivência e o experimento político, mas também é comum aos que desfrutaram de outras vitórias majoritárias em suas carreiras políticas, vindos de postos eletivos de grande projeção. Dentre os que passaram pelas prefeituras e governadorias antes de chegarem ao Senado, o diploma em direito e o exercício da advocacia reafirmaram o quadro encontrado na própria Casa, com o ramo jurídico predominando em todos os cargos eletivos prévios dos Senadores, executivos ou legislativos.

Os ex-Prefeitos também tinham como principais ramos de formação as engenharias, a economia, a medicina, os diplomas ‘diversos’ e os diplomas não universitários (de ensino médio, técnico ou o superior incompleto), que levaram a concentração de empresários, engenheiros, médicos e as ‘outras’ profissões entre antigos administradores de Paço Municipal. Esse quadro de profissões e diplomas não foi muito diferente entre os Governadores (salvo os diplomas abaixo do nível superior), havendo também os que atuaram como economistas e caindo bruscamente o número de médicos.

Os Senadores que foram Deputados Federais ou Estaduais tinham um rol diverso de profissões e reduziram significativamente o volume de engenheiros que haviam passado pelas Assembleias, abrindo espaço para os jornalistas e os médicos. Dentre os ex-Deputados Federais houve o menor patamar dos profissionais do direito – 19% (longe do um terço entre os ex-Governadores); nesse cargo mais frequente nas

biografias senatoriais, os diplomas não universitários têm um dos seus melhores índices (atrás apenas da vereança) e as ‘outras’ profissões ganham espaço, mostrando que os Senadores que passaram por outras casas legislativas tinham um *social background* mais diversificado em relação aos que passaram por cargos executivos.

O mais interessante é que essa diversificação começou ao longo do período em estudo a se estender para o próprio Senado Federal. Quando analisado aqueles que haviam exercido o posto senatorial antes de conquistar um mandato na Casa (consequentemente, contando os que foram reeleitos ao longo do ínterim), caiu o volume de advogados, economistas e engenheiros, enquanto servidores públicos, professores não universitários, empresários, jornalistas, médicos e os de profissão imprecisa obtiveram mais espaço; decresceu o percentual de formados em direito, economia, nas engenharias e nas áreas de ensino e ciências humanas, enquanto cresceram os que tinham diversos diplomas universitários e os que tinham ensino médio, técnico ou o superior incompleto.

Essa intensificação da multiplicidade de posições socio-ocupacionais veio por vias distintas sem necessariamente beneficiar algum espectro ideológico, crescendo ramos característicos dos segmentos ideológicos – educadores, jornalistas, empreendedores; bem como os ‘compartilhados’ pelos polos – como os Senadores de diplomações diversas. Também o aumento desses que tinham diplomas em mais de uma área de conhecimento não significou um crescimento de posições sociais mais elevadas, pois os diplomas não universitários também ascenderam em participação no *social background* dos Senadores eleitos.

Se os níveis de experiência política dos mesmos pouco diferiram, observa-se que em posições mais modestas e ligadas a partidos de esquerda, caso dos professores não universitários e do funcionalismo público, a formação dessa *expertise* política veio de cargos legislativos abaixo da esfera Federal – de menor projeção política. O caso daqueles que não possuíam diploma universitário (bem distribuídos nos partidos de esquerda, centro e direita) é ambíguo: ainda que tenham representado 12% dos ex-Deputados Federais, formaram suas carreiras principalmente nos municípios (nas prefeituras e nas Câmaras de Vereadores).

Quando analisado o caso dos professores universitários (que estavam mais no centro e na esquerda), bem distribuídos entre cargos executivos e legislativos, vinham de mandatos de Governador, Senador e principalmente de Deputado Federal. Aliás, Senadores de todas as divisões de *métiers* – inclusive as ‘outras’, haviam passado pelas Assembleias Legislativas e pela Câmara dos Deputados, repetindo algo somente visto no histórico de mandatos de Prefeito desses políticos.

Já Senadores de posições médias e altas, que foram mais evidentes no centro (como os profissionais da comunicação), na direita (como os engenheiros), ou em ambos segmentos (caso dos empresários), formaram suas carreiras políticas nos cargos das mais díspares projeções; as engenharias (como profissão) estiveram associadas principalmente a Senadores que outrora exerceram cargos majoritários – Prefeito,

Governador e Senador. Destaca-se que os políticos advindos do ramo empresarial não puderam se valer de sua alta posição socio-ocupacional como catapulta para o Senado, pois formaram suas carreiras mais nos municípios, havendo maior índice de participação dos empresários entre os Senadores que foram Prefeitos e Vereadores que dentre ex-Governadores e ex-Deputados (Estaduais ou Federais).

A razoável diferenciação de experiência política através da perspectiva do *social background* dos Senadores se torna mais clara e ostensiva ao olhar a proveniência desse ganho de bagagem política. Consta-se que através da posição socio-ocupacional dos Senadores se pôde melhor diferenciar a projeção dos cargos eletivos prévios dos políticos que venceram as eleições entre 1994 e 2014.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um Senado dominado pelos partidos de centro e direita, e pelos políticos de alta experiência eleitoral, o estudo que se encerra pôde trazer novos entendimentos sobre o *social background* dos Senadores eleitos entre 1994 e 2014. O predomínio de agremiações desses segmentos esteve ao mesmo tempo ligado a um padrão de recrutamento próximo entre tais nichos ideológicos (exemplifica-se com os empresários, os agropecuários e os bacharéis em direito).

A dificuldade dos partidos de esquerda para elegerem seus candidatos pode responder em parte a associação direta do perfil do conjunto da Casa ao encontrado nas legendas de centro e direita, todavia, o ‘compartilhamento’ desses segmentos ideológicos de profissões e titulações também importantes no recrutamento entre as legendas de esquerda – como os professores universitários e os formados nas engenharias, reforça que o maior precedente para vitória na disputa pela representação federativa é a experiência política, indistinto o posicionamento ideológico.

Aprofundando os trabalhos prévios, esse estudo mostrou para quais áreas se encaminharam os Senadores que não exerceram a profissão de sua área de diplomação (casos como dos bacharéis em direito que eram agropecuários, professores universitários e empresários; dos formados em economia que atuaram no ramo empresarial; dentre outros), bem como trouxe o entendimento de como se distinguiram – através do *social background*, as formações de experiência política. Enquanto altas posições sociais não possibilitaram acelerar a chegada ao Senado Federal, posições sociais modestas (que figuraram em menor percentual entre os Senadores) se relacionaram à vivência legislativa, evidenciando uma Casa marcada pelos políticos de capital político robusto, moldado nas urnas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Paulo Magalhães. **Recrutamento parlamentar para o Senado e o perfil dos senadores brasileiros, 1989-2006**. Revista Política Hoje, Recife, v. 20, n. 2, p. 550-580, 2011.

CENTENO, Alison Ribeiro. **Os maestros da elite**: carreiras e trajetórias dos líderes no Senado Federal entre 1999 e 2006. 2018. 174f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

CODATO, Adriano; COSTA, Luiz Domingos; MASSIMO, Lucas e HEINZ, Flavio. **Regime político e recrutamento parlamentar**: um retrato coletivo dos senadores brasileiros antes e depois da ditadura. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 24, n. 60, p. 47-68, dez. 2016.

COSTA, Paulo Roberto Neves; COSTA, Luiz Domingos; NUNES, Wellington. **Os senadores-empresários**: recrutamento, carreira e partidos políticos dos empresários no Senado brasileiro (1986-2010). Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 14, p. 227-253, maio/ago. 2014.

MADEIRA, Rafael Machado, CENTENO, Alison Ribeiro. **A “dança das cadeiras” está circunscrita à Câmara dos Deputados?** Uma análise da evolução da fragmentação partidária e da origem socio-ocupacional dos eleitos ao Senado Federal, aos governos dos estados e às suas respectivas capitais. In: 11º Encontro da ABCP, 2018.

NEIVA, Pedro; IZUMI, Maurício. **Perfil profissional e distribuição regional dos senadores brasileiros em dois séculos de história**. Rev. Bras. Ciências Sociais, São Paulo, v. 29, n. 84, p. 165-188, fev. 2014.

POWER, Timothy J.; ZUCCO JR., Cesar. **Estimating ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990-2005**: A reserach communication. Latin American Research Review, Baltimore, v. 44, n. 1, p. 218-246.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Mudanças na classe política brasileira** (INTERNET). Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, Rio de Janeiro, 2009.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, ideologia e composição social**. Revista brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 31-47, fev. 2002.

SOBRE A ORGANIZADORA

KAROLINE COELHO DE ANDRADE E SOUZA é professora de Direito no Centro Universitário do Vale do Iguaçu (UNIGUAÇU), pesquisadora do LABTESP - Laboratório de Pesquisa Interdisciplinar em Teoria Social/Teoria Política e Pós-Estruturalismo, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa e advogada inscrita na OAB/PR n. 77.135. É especialista em Filosofia e Direitos Humanos pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), e mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Possui interesse na pesquisa dos seguintes temas: democracia, direitos humanos, Estado Democrático de Direito, direito penal, segurança pública, filosofia política, teoria social contemporânea e pós-estruturalismo. Acesso ao currículo: <http://lattes.cnpq.br/3843800393382466>.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aposentados 79, 80, 83, 84, 85, 86, 88, 191

Assistência Social 28, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 191

C

Casa da Memória 42, 46, 47, 48, 50, 191

Combate à exclusão social 92, 98, 191

Constituição Federal 4, 15, 28, 55, 96, 104, 116, 118, 191

Cultura 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 37, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 55, 82, 94, 104, 106, 120, 132, 140, 173, 175, 177, 179, 184, 191

D

Democracia 3, 5, 18, 56, 92, 100, 102, 129, 140, 150, 151, 166, 175, 189, 191

Desenvolvimento 3, 4, 6, 14, 15, 19, 20, 26, 29, 30, 31, 33, 36, 41, 50, 52, 53, 54, 58, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 91, 92, 99, 102, 105, 106, 110, 111, 116, 122, 123, 142, 191

Desenvolvimento Social 30, 63, 91, 191

Desigualdades 30, 56, 67, 69, 71, 77, 92, 95, 101, 120, 129, 131, 132, 133, 134, 139, 140, 191

Desigualdades Interseccionais 129, 191

Direitos Culturais 7, 16, 17, 23, 191

E

Eleições 66, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 149, 150, 151, 152, 154, 160, 162, 183, 191

Estado 1, 4, 5, 6, 8, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 31, 36, 40, 42, 43, 44, 50, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 61, 63, 65, 66, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 90, 91, 92, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 104, 106, 117, 118, 120, 122, 123, 124, 125, 137, 139, 142, 144, 150, 177, 182, 184, 185, 189, 191

F

Financiamento público da cultura 1, 191

G

Gênero 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 148, 149, 150, 151, 191

Gestão Democrática 91, 191

I

Incentivo à Cultura 1, 8, 9, 15, 44, 191
Inclusão Econômica 92, 191
Inclusão Sociocultural 26, 27, 30, 31, 37, 39, 191
Interdisciplinaridade 177, 186, 191
Internet 27, 117, 124, 130, 164, 168, 173, 175, 176, 191

L

Lei Maria da Penha 115, 118, 119, 121, 125, 126, 127, 191
Lideranças Partidárias 168, 191

M

Mecanismos de proteção 50, 191
Mercado 1, 5, 6, 8, 23, 65, 68, 70, 71, 72, 74, 76, 77, 79, 80, 86, 88, 92, 93, 136, 138, 191
Mídia 82, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 137, 138, 139, 140, 168, 169, 173, 174, 175, 191

N

Neoliberalismo 77, 191
Novas práticas sociais 38, 191

P

Partidos Políticos 141, 142, 144, 147, 148, 149, 151, 152, 163, 164, 165, 176, 191
Patrimônio imaterial 42, 43, 48, 51, 191
Planejamento 3, 60, 61, 65, 68, 69, 72, 74, 77, 78, 81, 96, 106, 111, 191
Poder público 9, 17, 18, 20, 21, 36, 92, 120, 122, 191
Política cultural 1, 2, 3, 4, 6, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 191
Política pública preventiva 115, 117, 125, 191
Políticas públicas 1, 2, 3, 7, 15, 17, 28, 39, 42, 46, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 61, 62, 65, 66, 68, 70, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 88, 89, 91, 92, 98, 99, 101, 102, 104, 105, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 125, 126, 127, 191
Prática social 53, 106, 191

R

Recrutamento político 152, 154
Redes sociais 111, 112, 164, 166, 170, 171, 172, 173, 174, 176
Relações de poder 33, 119, 129, 131, 133, 137, 139
Renda 4, 5, 14, 17, 19, 22, 27, 67, 69, 70, 71, 72, 77, 89, 91, 92, 93, 94, 98, 99, 100, 102, 134, 149

T

Tomada de decisão 103, 105, 107, 141

Trabalho 1, 2, 3, 8, 12, 13, 19, 20, 26, 28, 32, 33, 37, 42, 44, 45, 48, 51, 54, 59, 61, 63, 66, 67, 68, 79, 80, 81, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 99, 102, 105, 107, 108, 111, 115, 117, 120, 122, 123, 126, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 144, 145, 147, 154, 156, 165, 167, 172, 176

Trabalho doméstico 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140

V

Violência de gênero 115, 120, 121, 122, 126, 127

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-627-0



9 788572 476270